

O programa nacional de alfabetização (pna) e a participação da educação nas reformas de base do governo João Goulart (1963-1964)

Thiago Fidelis¹

Resumo: Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da República, o vice-presidente João Goulart, voltando de uma viagem da China, foi impedido de assumir pelo alto comando do Exército, temeroso de que o político pudesse implantar um governo de caráter comunista no país, em um contexto de intensas disputas promovidas pela Guerra Fria. Após um acordo que envolveu a instituição do Parlamentarismo, foi autorizada a posse de João Goulart, sendo que esse sistema foi mantido até 1963, após ser revogado por um plebiscito popular. A partir daí, o governo passou a estruturar melhor as chamadas Reformas de Base, que seriam ações voltadas para a reestruturação de várias áreas do Brasil, sendo a Reforma Agrária a mais discutida entre elas. No entanto, a Educação também foi um dos principais aspectos dessas Reformas, sendo que a principal ação foi a instituição, no início de 1964, do Programa Nacional de Alfabetização (PNA), uma adaptação de um projeto de alfabetização implantado em algumas regiões do Nordeste, pelo professor da Universidade de Recife, Paulo Freire. Nesse processo estruturado a nível regional, o método consistia em alfabetizar um grande grupo de adultos em apenas 45 dias, utilizando elementos como a linguagem e visão de mundo próprio dessas pessoas, aliados a uma perspectiva política no ensino, estimulando a criticidade e a luta por melhores condições de vida para esses grupos. Assim, o objetivo desse artigo é discutir a instituição do PNA dentro do contexto político da época e pensando na sua efêmera duração, uma vez que ele foi extinto junto com o governo de João Goulart por um golpe de estado, em abril de 1964.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alfabetização; Paulo Freire; João Goulart

The national literacy program in Brazil and the educational elements in the basic reforms during João Goulart's government (1963-1964)

Abstract: In 1961, after Jânio Quadros's resignation as president, the vice president, João Goulart, returning from a trip to China, was prevented from taking office by the Army's high command leaders. They were fearful that the politician would implement a communist government in Brazil, in a context of intense disputes promoted by the Cold War. After an agreement involving the consolidation of Parliamentarism, João Goulart was allowed to be president, and this system was maintained until 1963, after being revoked by a popular plebiscite. From then on, the government began to better structure the so-called Basic Reforms, which would be actions aimed at restructuring several areas of Brazil, with Agrarian Reform being the most discussed among them. However, Education was also one of the main aspects of these Reforms, and the main action was the creation, in early 1964, of the National Literacy Program, an adaptation of a literacy project implemented in some regions of the Northeast region by professor Paulo Freire, who used to work at Universidade de Recife. In this structured process at the regional level, the method consisted of providing literacy to a large group of adults in just 45 days, using elements such as the language and worldview of these people, combined with a political perspective in teaching, stimulating criticality and struggling for better living conditions for these groups. Thus, the main purpose of this article is to discuss the development of this Program in that political context. Besides, we also provide an overview of its ephemeral duration, since it was

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNESP, com período de pesquisa realizado na Universidade de Coimbra (Portugal). Docente do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, campus Passos.

extinguished together with the government of João Goulart by a coup d'état in April 1964.

Keywords: National Literacy Program; Paulo Freire; João Goulart

Introdução

Em abril de 1964 foi consolidado, no Brasil, um golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart (conhecido como Jango), estabelecendo a predominância de representantes das Forças Armadas no comando da política brasileira, que durou até 1985. Tal movimentação já era estruturada há dez anos, desde a crise instituída no governo de Getúlio Vargas (1951/1954), que foi uma espécie de “padrinho” político do então jovem deputado e ministro do Trabalho, passando pela não aceitação da vitória da chapa de Juscelino Kubitschek e o próprio Jango para os cargos de presidente e vice na eleição presidencial de 1955 e, por fim, da crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a oposição declarada de várias lideranças civis e das Forças Armadas contra a posse do então vice-presidente (FERREIRA, 2019).

Nos três momentos citados, houve várias declarações e movimentações para um golpe de Estado e a implantação de uma ditadura de caráter militar, contra as ações de Vargas e/ou da manutenção de seu legado. Como exemplo, no caso de 1964, o editorial *Fora!*, do jornal *Correio da Manhã* (CM), trouxe um dos textos mais contundentes em relação à contrariedade ao governo Jango, com um tom altamente acusatório e belicoso contra o então presidente brasileiro:

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia! (...) O Sr. João Goulart não pode permanecer na presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la, como também porque conspirou contra ela, como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. Foi o Sr. João Goulart quem iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira, com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas (...) (CM, *Fora!*, 02/04/1964).

Dentre os vários aspectos utilizados como argumentos pelos entusiastas do golpe para a deposição de Jango, a educação foi instituída como um dos fatores para tal. Um dos assuntos integrados às Reformas de Base propaladas pelo presidente, a temática era bastante discutida nesse contexto, sobretudo a partir da aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB), em 1961, que instituiu normas e aspectos relacionados à educação básica e ao funcionamento das instituições em geral, bem como nas perspectivas curriculares (FIDELIS, 2012, p. 100).

Houve grande discussão nesse contexto, uma vez que inúmeras discussões foram travadas na Câmara dos Deputados em relação à temática. A principal divisão referia-se à forma de organização das instituições escolares, uma vez que os grupos ligados ao governo defendiam a ação majoritária do Estado nesse campo, valorizando mais as instituições públicas do que as escolas privadas; já os grupos de opositores, tendo como principal nome articulador o principal adversário político de Jango, Carlos Lacerda, defendiam a ideia de que o ensino deveria ser ofertado em várias instâncias, sendo o Estado uma das formas representáveis, tendo outras formas de ofertas do Ensino (SAVIANI, 2013, p. 305-308).

A visão ligada à oposição foi majoritária, sendo que Jango sancionou a Lei 4.024, em 20 de dezembro, indicando, em seu art. 2º, que “À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos” (BRASIL, 1961, p. 11429). A promulgação da LDB é um dos exemplos de como a Educação foi um aspecto fundamental no palco de discussão política no período, engajando vários grupos e discussões que serão analisadas ao longo do texto.

O objetivo central do artigo é analisar a breve trajetória do *Plano Nacional de Alfabetização* (PNA), medida adotada com a perspectiva de alfabetizar os jovens e adultos do país nesse contexto. Tal medida foi o principal mote da área de Educação dentro das *Reformas de Base*, medidas anunciadas por Jango para reorganizar e reestruturar o Brasil no período. Como metodologia, foi utilizada a revisão bibliográfica e a consulta à fontes do período, problematizando como a ação organizada pelo educador Paulo Freire ganhou visibilidade para se tornar um plano nacional, gerando repercussão positiva por parte dos grupos que apoiavam o governo e uma reação bastante negativa de seus opositores, que viam na movimentação do professor pernambucano apenas uma manobra política para garantir apoio eleitoral aos grupos de esquerda do país. Com a ascensão desse grupo opositor ao poder em abril de 1964, todo esse planejamento foi encerrado e tanto Jango quanto Paulo Freire partiram para o exílio, o agora ex-presidente para o Uruguai (de onde nunca mais voltaria vivo) e o segundo para o Chile, passando por vários países antes de retornar ao Brasil, quase duas décadas após.

Breve trajetória política de João Goulart

O atribulado governo de João Goulart, iniciado em 1961 e que ganharia força após o plebiscito do início de 1963, que revogou o Parlamentarismo e instituiu, novamente, o presidencialismo (FERREIRA, 2011, p. 323), vem de um processo bastante extenso e intenso, arrastando-se desde o retorno de Getúlio Vargas, seu “padrinho” político, ao poder em 1951, cujo governo terminaria com o seu trágico suicídio, em 1954 (FIDELIS, 2022). Então ministro do Trabalho, Jango (como era conhecido o então deputado federal) controlava o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, mesmo saindo do cargo após a sugestão do aumento em 100% do salário mínimo, no início de 1954 (FERREIRA, 2011, p. 119), continuou a influenciar o ministério, bem como mantendo o controle da agremiação.

Após ter sido eleito em duas eleições consecutivas para vice-presidente, Jango contava com a desconfiança de vários setores do Exército e de civis, que viam nele um perigo em potencial, uma vez que sua identificação com as lideranças trabalhistas e sindicalistas, vistas como subversivas, o colocava na linha de frente desses grupos, identificados com uma política mais conservadora e alinhada com a perspectiva estadunidense, nesse contexto de Guerra Fria (DREIFUSS, 1981, p. 71-103).

Depois de sua conturbada posse, a qual só foi possível após um acordo político que permitiu a inserção do Parlamentarismo no país (NAPOLITANO, 2014, p. 31-34), Jango buscou desidratar o sistema para voltar ao Presidencialismo, conseguindo antecipar o plebiscito previsto e solapando o então sistema em vigor, no início de 1963 (FICO, 2008, p. 69). Assim, a partir desse ano, várias de suas iniciativas foram estruturadas de maneira mais intensa, principalmente as Reformas de Base.

Tal perspectiva visava, sobretudo, reorganizar o país em vários setores, tentando conter a intensa crise econômica que arrastava-se desde o final do governo de Juscelino Kubitschek e agravava-se com a conjuntura política (FERREIRA, 2006, p. 24). Nas palavras do próprio Jango:

O esforço político das camadas dirigentes precisa inspirar confiança ao povo, confiança nos governantes, confiança nas instituições, mesmo porque este ambiente é indispensável à execução das reformas de base — agrária, administrativa, eleitoral, partidária, bancária e tributária — e à solução de problemas legais importantes, como a remessa de lucros para o exterior. Tais reformas, todos sabem e todos sentem, não mais podem tardar. E claro que, diante deste temário de assuntos complexos, não podemos deixar de ter motivos para preocupações. Nunca, porém, motivos para desesperança e, principalmente, para imaginar que seja preciso sair dos quadros da legalidade democrática para resolvermos ou enfrentarmos esses graves problemas que preocupam o País e que afligem o povo brasileiro. Acentuo mesmo que, menos do que uma advertência, minhas palavras devem ser entendidas como um sincero e confiante apelo (GOULART, 2009, p. 40).

Embora a Reforma Agrária fora, desde o início, a movimentação mais comentada (e contestada) do presidente, a Educação era considerada um dos pilares dessas reformas. A fundação da Universidade de Brasília

(UnB), em 1962, foi um dos aspectos incluídos nesse projeto, sendo inaugurada exatamente dois anos depois da fundação da nova capital e idealizada por nomes como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro (que viria a ser ministro de Jango, primeiro da Educação e depois ministro-chefe da Casa Civil), que viam na nova instituição não apenas mais um núcleo de Ensino Superior no país, mas sim uma nova proposta de organização e formação intelectual no país (RIBEIRO, 1978).

E tal aspecto levava em conta a transformação das relações sociais e estruturais no Brasil, algo visionado por Jango. No caso da UnB e da ação dos educadores fundadores do grupo, a perspectiva era tornar o país menos injusto e com mais oportunidades para as diversas camadas sociais que não possuíam acesso ao Ensino Superior, além de oferecer uma formação que não visasse apenas a estabilidade econômica para seus formandos, mas sim uma consciência mais crítica em relação ao contexto em que estavam inseridos. Nas palavras do próprio Darcy Ribeiro:

Um modelo estrutural novo somente se impõe como uma necessidade impostergável porque as universidades latino-americanas não são capazes de crescer e de se aperfeiçoar nas condições atuais, a partir da estrutura vigente, com os recursos disponíveis. E, principalmente, porque esta estrutura serve mais à perpetuação do status quo que à sua transformação. Impõe-se, além disso, porque os remendos que se estão fazendo nesta estrutura, concretizados através de programas induzidos do exterior, ameaçam robustecer ainda mais o seu caráter retrógrado, aliviando algumas tensões e atendendo a algumas carências, precisamente para manter suas características essenciais de universidades elitistas e apendiculares (RIBEIRO, 1975, p. 173)

A partir desses aspectos, o olhar da equipe federal voltou-se para o Nordeste, região na qual ocorria uma ação pedagógica considerada bastante inovadora para a época, sob a tutela de um educador pernambucano, chamado Paulo Freire. Como informou o jornalista Flávio Tavares, em sua coluna no jornal *Ultima Hora* (UH):

O Ministro Paulo de Tarso pretende desfechar uma ofensiva total contra o analfabetismo, pondo em prática, nas próprias comunidades de trabalho, as experiências de alfabetização direta realizadas com absoluto êxito, no Nordeste, pelo educador Paulo Freire. O Ministro da Educação esteve ontem, em seu gabinete, reunido com assessôres técnicos (...) Partindo do princípio de que a alfabetização deve propiciar um encontro do alfabetizado com a sua realidade, o método – ao mesmo tempo que ensina as primeiras letras – permite uma conscientização do aluno como homem frente ao mundo. Possibilita, já de início, de forma simples, que o aluno conheça e estabeleça as relações culturais que o cercam em seu ambiente de trabalho ou na comunidade em que vive (UH, *Governo Executará Plano de Alfabetização em Massa*, 28/06/1963).

Paulo Freire e o movimento pela alfabetização

Então professor da Universidade de Recife, Paulo Freire desenvolvera, no início da década de 1960, um trabalho de alfabetização de adultos que viria a ser batizado de Método Paulo Freire (FALANQUE; FIDELIS, 2018, p. 51-52). O trabalho teve início em uma escola na pequena cidade de Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, no qual 300 adultos foram alfabetizados em cerca de 45 dias, indicando uma enorme eficiência em sua ação:

Estávamos, assim, tentando uma educação que nos parecia a de que precisávamos. Identificada com as condições de nossa realidade. Realmente instrumental, porque integrada ao nosso tempo e ao nosso espaço e levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito (...) E se já pensávamos em método ativo que fosse capaz de criticizar o homem através do debate de situações desafiadoras, postas diante do grupo, estas situações teriam de ser existenciais para os grupos. Fora disso, estaríamos repetindo os erros de uma educação alienada, por isso instrumental (FREIRE, 1967, p. 106).

Após a expansão do trabalho para outros núcleos (tendo trabalhos no Distrito Federal, Pernambuco e em São Paulo), o trabalho chamou a atenção do governo federal. Segundo dados do IBGE, no contexto, cerca de 40% da população era analfabeta;² assim, em uma população de 70 milhões de habitantes, os números eram bastante

2 Dados retirados de <<http://inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em 11.set.2019.

alarmantes, indicando uma imensa defasagem de ensino básico no país.

Já em 1963 começaram os primeiros movimentos para um projeto levando em conta tal metodologia, que viria a ser batizado, posteriormente, como o PNA. Oficialmente, foi implantado com o decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que visava uma ampla atuação em todo o país:

O Presidente da República no uso de suas atribuições (...) considerando a necessidade de um esforço nacional concentrado para eliminação do analfabetismo; Considerando que os esforços até agora realizados não tem correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional; (...) Considerando que o Ministro da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem do sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido, decretar: Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do sistema Paulo Freire (BRASIL, 1964).

O programa visava a implantação de mais de 60.000 círculos de cultura, que seriam núcleos espalhados por todo o país, no qual o método seria implantado, sendo todo esse trabalho coordenado pelo próprio Freire (TEIXEIRA, 2008, p. 126). A primeiro momento, o programa atenderia cerca de 5% da população analfabeta do país em um prazo de dois a três meses, sendo que ocorreriam várias rodadas de atuação até, na programação do governo federal, atender a todas as pessoas analfabetas, a partir dos 15 anos (EUGÊNIO, 2004, p. 42-43).

Tal movimento era endossado por outras iniciativas regionais, principalmente pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), em Pernambuco, sendo uma das vitrines do governo de Miguel Arraes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), um dos principais defensores e entusiastas do Método Paulo Freire (FREIRE, 1996, p. 35):

Entre as esquerdas era grande o interesse em torno dos movimentos. De Paulo Freire, teve nos movimentos um laboratório privilegiado para a elaboração de seu método de alfabetização. Das forças políticas progressistas (JUC, AP, Ligas Camponesas e PCB, por exemplo), na sua maioria adotando uma “política de massas”, ou seja, trabalhando junto às camadas mais pobres da população, no sentido de organização e mobilização dessa “massa”. Dos governos ligados ao projeto nacional-estatista, como por exemplo, Miguel Arraes, quando prefeito e governador em Pernambuco, o nacionalista Djalma Maranhão prefeito em Natal e João Goulart na presidência da República, interessados no potencial político dos movimentos (TEIXEIRA, 2012, p. 5).

Reações ao PNA e desdobramentos

O projeto, divulgado pelo governo como altamente inovador e com forte base social, foi bastante criticado pelos opositores do governo Jango (MANZATO, 2007, p. 26). No início de 1964, o ambiente político brasileiro continuava bastante complexo, com inúmeras ações tanto ao lado do governo como na oposição. Entre esses, o PNA foi visto como uma forma de subversão à ordem, uma vez que Freire nunca escondera que um dos pilares do método era a questão política, já que o aprender a ler e escrever deveria vir com o desenvolvimento de uma maior consciência social, questão que passava por desenvolver amplo senso crítico (FREIRE, 1967, p. 103-107).

Sendo assim, muitos grupos indicaram que a atitude de Jango era mais uma prova de que ele buscava subverter a ordem e preparava uma Revolução Socialista no Brasil, tendo como seu principal ajudante o deputado federal e cunhado, Leonel Brizola (FERREIRA, 2011, p. 423). Um dos principais opositores de Jango, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN), condenava abertamente o plano e, batendo de frente com o Executivo federal, não aprovou a implantação do projeto em seu estado (GADOTTI, 1987, p. 35).

Na Constituição vigente, o voto era vedado aos analfabetos (Artigo 132). Os críticos apontavam que, na verdade, o Método era apenas uma forma de angariar votos, uma vez que essa massa que seria alfabetizada estaria, majoritariamente, ao lado de políticos identificados com Jango, Brizola, Arraes e outros grupos (FREIRE, 1996, p. 35). O PNA passou a ser grande preocupação para esse grupo, em especial os militares e os grupos opositores, que

via com grande preocupação a inserção desses então analfabetos no processo eleitoral, que poderia mudar bastante o cenário político no Brasil nesse período (WEFFORT, 1967, p. 22-23).

Nesses primeiros meses de 1964, após intensas movimentações de oposição ao governo, Jango realizou o Comício das Reformas, ou conhecido também como Comício da Central (D'ARAÚJO, 1994, p. 65). Realizado em frente à estação da Central do Brasil, contou com cerca de 150 mil pessoas, com representantes de vários órgãos que declaravam apoio à implantação das Reformas de Base, buscando demonstrar a força do governo perante seus opositores. Em um discurso bastante inflamado, Jango indicou que o caminho não seria mais da conciliação, afirmando que faria de tudo para a implantação dessas ações:

Àqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranquila para a Nação, àqueles que em todo o Brasil nos ouvem nesta oportunidade, o que eu posso dizer é que só conquistaremos a paz social através da justiça social. Perdem seu tempo, também, os que temem que o governo passe a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais, como perdem também seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos ou contra as suas reivindicações. Ação repressiva, trabalhadores, é a que o governo está praticando e vai ampliar cada vez mais e mais implacavelmente, aqui na Guanabara e em outros Estados, contra aqueles que especulam, contra as dificuldades do povo, contra os que exploram o povo, que sonham gêneros alimentícios ou que jogam com seus preços (GOULART, 2009, p. 81).

O Comício, ocorrido em 13 de março, desencadeou intensa mobilização contrária dos setores opositores ao governo. Seis dias após, em um movimento já organizado previamente, foi feita a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, movimento que contou com cerca de 500 mil pessoas em São Paulo, defendendo pautas opostas à colocada por Jango em seu discurso (SOARES, 1994, p. 25). Na Marcha foi distribuído um panfleto, intitulado *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a ação direta contra Jango, que não teria mais condição de governar o país (MENDES, 2003).

Nesse ínterim, no dia 15 de março foi publicado, no *Jornal do Brasil* (JB), declarações de Sandra Cavalcanti, deputada licenciada da Guanabara e secretária de Serviços Sociais de Lacerda. Professora de Língua Portuguesa, a então membra do governo da Guanabara realizou críticas contundentes ao Método Paulo Freire e às suas “reais intenções”, trazendo em suas palavras uma síntese do que esses grupos opositores pensavam a respeito do trabalho do educador pernambucano e, sobretudo, das “reais” intenções do governo de Jango com o PNA:

- Enquanto isso, um suposto método milagroso de alfabetização é cantado em prosa e verso, para justificar a utilização de processos revolucionários, e subversivos junto aos adultos analfabetos: o famoso método Paulo Freire não existe. Trata-se de uma mistificação dessas que surgem de vez em quando (...) O que é novo no método Paulo Freire (...) é a formação rigorosa de monitores marxistas, incumbidos de destilar os ideais revolucionários e subversivos junto com as sílabas e os conceitos (...) Trata-se de um método político. Trata-se de um método subversivo. Não representa nenhuma conquista no mundo da inteligência e não adianta em nada a tarefa dos professores (...) (JB, *Sandra vê em Sambaqui “agente da politização das massas”*, 15/03/1964, p. 22).

Considerações finais

Na madrugada entre os dias 31 de março e 01 de abril de 1964, após uma movimentação militar iniciada por Olímpio Mourão Filho, na cidade mineira de Juiz de Fora, o governo de Jango e a democracia no país chegavam ao fim (DELGADO, 2010, p. 138). Começaria, assim, um enorme expurgo, com todas as lideranças políticas e sociais identificadas ao governo sendo perseguidas, com a maioria presa e exilada do país (NAPOLITANO, 2014, p. 69-95).

Paulo Freire foi um desses, que após ser preso, refugiou-se na Embaixada da Bolívia, passando mais de quinze anos por vários países. Na saída do país, passou a trabalhar com seu método em vários locais e a publicar

suas obras mais reconhecidas, entre elas *Educação como Prática da Liberdade* (1967), enquanto morava no Chile e, no ano seguinte, publicou *Pedagogia do Oprimido*, considerada sua principal obra, na qual discute a importância da educação para o fim da prática da submissão entre os seres humanos, evitando a reprodução das atitudes autoritárias que mantinham as desigualdades sociais no país:

O grande problema está em como os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização. (FREIRE, 1987, p. 32).

Todo o projeto do PNA, assim como das Reformas de Base em geral, foram suspensos pelo novo governo, liderado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional em 13 de abril de 1964. Embora durante os governos militares, projetos para a alfabetização foram colocados em prática, nenhum deles levou em conta o trabalho estruturado por Freire e outras lideranças.

Após o retorno desses grupos exilados, possível pela Lei de Anistia de 1979, muitos retornaram à política, sendo que Freire foi um dos entusiastas da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e foi secretário municipal da Educação de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina (1989-1991). No entanto, o PNA, em sua essência, nunca chegou a ser implantado no Brasil como política de Estado ou como práticas sociais, como ocorrera em regiões africanas, na qual o educador brasileiro atuara diretamente (FREIRE; MACEDO, 1990, p. 7).

Referências

- BRASIL. Decreto nº 53.465, de 21 de Janeiro de 1964. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/1/1964, Página 629.
- BRASIL. LEI Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União – Seção 1 – 27/12/1961, Página 11429.
- CORREIO DA MANHÃ, Fora!, 02/04/1964.
- D'ARAÚJO, M. C. **Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB**. In: SOARES, G. A.; D'ARAÚJO, M. C. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DELGADO, L. de A. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Tempo, vol. 14, num. 28, janeiro-junho, 2010, PP. 125-145. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- EUGÊNIO, B. **O Currículo na Educação de Jovens e Adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PUC/MG, 2004. **Dissertação**. Mestrado em Educação.
- FALANQUE, A. C.; FIDELIS, T. O papel social da educação: uma perspectiva crítica do ato de educar. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 10, n. 1, 2018, p. 36-57.
- FERREIRA, J. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N (org). O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. **Terceira República (1945-1964)**. Coleção O Brasil Republicano, v. 3. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 3, p. 341-382.
- FERREIRA, J. **João Goulart: uma biografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, M. (org). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- FICO, C. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- FIDELIS, T. História política, Ensino de História e cidadania: caminhos entrelaçados. In: MENEZES, J. P. P. **Educação Hoje**. São José do Rio Preto: Clube dos Autores, 2012, p. 87-110.
- FIDELIS, T. **Preto no branco**: as crises políticas institucionais pelas páginas de *O Estado de S. Paulo* e *Ultima Hora* (1954/1956). São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- FREIRE, A. M. A voz da esposa. A trajetória de Paulo Freire. In: GADOTTI, M. (org). **Paulo Freire**: Uma bibliografia. São Paulo: Cortêz, 1996.
- FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P; MACEDO, D. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- GOULART, J. **Discursos selecionados do presidente João Goulart** / organização de Wanielle Brito Marcelino. Brasília: FUNAG, 2009.
- Jornal do Brasil. **Sandra vê em Sambaqui “agente da politização das massas”**, 15/03/1964
- MANZATO, C. R. Educação de jovens e adultos: palavras de mulheres a respeito do processo de escolarização. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- MENDES, R. Visões das direitas no Brasil. **Tese** (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- RIBEIRO, D. **UnB**: invenção e descaminho. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013 (Coleção memória da educação).
- SOARES, G. A. O Golpe de 64. In: SOARES, G. A.; D'ARAÚJO, M. C. **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- TEIXEIRA, W. Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular. **Tese** (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- TEIXEIRA, W. Quando ensinar ler virou subversão: a ditadura e o combate do analfabetismo. **XVIII Encontro Regional** (ANPUH-MG). 24 a 27 de julho de 2012.
- Ultima Hora, **Governo Executará Plano de Alfabetização em Massa**, 28/06/1963.
- WEFFORT, F. Educação e Política (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade). In: FREIRE, P. **Educação Como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.